

## ÉTICA, METAÉTICA E PAPÉIS SOCIAIS

## ETHICS, METAETHICS AND SOCIAL ROLES

MARIANA ROCHA BERNARDI\*\*

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, BRASIL

THAILIZE FONTOURA BRANDOLT DA ROCHA\*\*\*

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, BRASIL

**Resumo:** O presente artigo busca analisar algumas das principais teorias metaéticas e identificar, dentre elas, a que melhor explicaria a posição ética que, ao longo da história humana, determinou a desigualdade entre homens e mulheres, deixando os primeiros na condição de líderes, ocupantes de posições públicas dentro dos grupos sociais e no exercício de atividades políticas, enquanto cabia as segundas as tarefas privadas, de cuidado e organização doméstica, sempre vinculadas aos homens. Para tanto, pretende-se realizar uma breve contextualização dos diferentes papéis exercidos por homens e mulheres em todo o mundo, a partir de registros históricos, mas também com base em fragmentos de relatos pessoais da subscritora, para tentar determinar a posição que essa ética da desigualdade entre os sexos ocupa dentro da metaética. Este pequeno estudo será realizado por meio de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória, tendo em vista a escassa existência de trabalhos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Ética. Metaética. Moral. Papéis Sociais. Desigualdade.

**Abstract:** This article seeks to analyze some of the main metaethical theories and to identify, among them, the one that best explains the ethical position that, throughout human history, determined the inequality between men and women, leaving the former in the condition of leaders, occupying positions within the social groups and in the exercise of political activities, while the private tasks, care and domestic organization, always linked to men, were responsible for the latter. To this end, it is intended to provide a brief contextualization of the different roles played by men and women worldwide, based on historical records, but also based on fragments of the subscriber's personal reports, to try to determine the position that this ethics of inequality between the sexes occupies within the metaethics. This small study will be carried out by means of bibliographic review and exploratory research, in view of the scarce existence of works on the theme.

**Keywords:** Ethics. Metaethics. Moral. Social roles. Inequality.

\* Artigo recebido em 11/04/2021 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 25/04/2021.  
PROSUC - CAPES (O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001)

\*\* Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8383354831193667>. E-mail: [mrocha2@ucs.br](mailto:mrocha2@ucs.br)

\*\* Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2081908714409920>. E-mail: [thailize.brandolt@gmail.com](mailto:thailize.brandolt@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Na filosofia estuda-se *ética* enquanto campo de conhecimento teórico que analisa os comportamentos morais, dividindo-os em sistemas apontando para o que é ou deve ser a conduta moral ou razoavelmente orientando a conduta moral que considera mais adequada. Neste sentido, tem-se a ética das virtudes, ética deontológica (do dever) e ética utilitarista como as três principais e mais importantes correntes éticas, e cujas denominações sinalizam o objeto da conduta que é considerada moral.

No caso da *ética das virtudes*, ela “considera os deveres a partir do ponto de vista do agente, e permite ao agente julgar o seu rigor” (VAN HOOFT, 2013, p. 33), ou seja, sua perspectiva “vislumbra indivíduos respondendo a situações moralmente importantes a partir dos seus caracteres bem-formados, o foco está sobre a particularidade dessas situações” (VAN HOOFT, 2013, p. 35).

De outra perspectiva, a *ética do dever* ou *ética deontológica* concebe como moral a conduta que se concentra na ação realizada por dever e isso encontra estreita correspondência com a *intencionalidade* do agente, uma característica que acaba não podendo ser inteiramente avaliada de forma externa, porquanto a intencionalidade guarda relação com a esfera íntima do indivíduo. A ação considerada moral ou correta do ponto de vista moral é estabelecida pelo que “é demandado pela lei moral ou por princípios e regras morais. Para os seres humanos, ser bom consiste em simplesmente agir corretamente pelas razões corretas.” (VAN HOOFT, 2013, p. 26).

O *utilitarismo* ou *ética utilitarista*, por seu turno, tem por ponto de partida do que sejam ações morais as que encontrem relação com um maior bem ao maior número de pessoas:

O procedimento recomendado para tais avaliações é o de determinar em que medida o que fazemos contribui, não para a felicidade individual, mas para a felicidade global de todos os seres vivos do mundo em que vivemos. A diretriz geral proposta para tais avaliações é, pois, a de que elas têm que se concentrar no cálculo das consequências do que fazemos. (TORRES, 2013, página eletrônica).

Na esteira dessa explicação, o autor Alain Caillé (2001, página eletrônica) propõe que se considerem dois aspectos na definição ou configuração da ética utilitarista, ou seja,

que se entenda por utilitarismo a conjunção de duas propostas: uma proposta teórica e uma proposta normativa. A proposta teórica enuncia que a ação humana e social resulta dos cálculos racionais de sujeitos interessados, quer

sejam individuais ou coletivos, egoístas ou altruístas (a hipótese dominante é a do egoísmo). A proposta normativa, por sua vez, defende que são justas ou virtuosas as ações, as normas ou as leis que concorrem para maximizar a felicidade dos sujeitos assim definidos e, se possível, de todos esses sujeitos ou, pelo menos, do maior número deles.

A questão, portanto, que norteia o estudo da ética tem por base a definição do que se considera uma atitude moral, que, por sua vez, gira em torno do que se considera “bom”.

Em conformidade com as motivações assumidas pelo agente é possível estabelecer em qual das teorias éticas a sua ação se enquadra. Outro objeto de estudo surgiu a partir dessas considerações sobre comportamento moral, o que é considerado “bom” e as principais teorias éticas, estudo que se denominou metaética.

Se o objeto de estudo da ética está concentrado na moral, ou seja, na forma como o indivíduo se comporta moralmente ou como deveria agir, a metaética passou a se ocupar das questões implícitas ao discurso moral.

A metaética se ocupa da significação atribuída aos conceitos de conteúdo moral, qual ou quais as bases sustentam os discursos ou os juízos de valor dados às questões de ordem moral, exemplificativamente, quando se diz que “é bom agir com coragem”, essa afirmação atribuindo a característica de ser *bom* o fato de ser *corajoso* pode vir de um discurso que seja mera expressão de uma disposição mental ou que advenha de conceitos prévios e objetivamente aferíveis ou, ainda, que se origine de crenças a respeito do que é *bom*, apenas para citar algumas das correntes que são estudadas pela metaética.

Quando se profere uma sentença de conteúdo moral, a pretensão é que esta produza um determinado resultado, ou seja, há uma característica de *prescrição* (aquilo que deve ser feito) na emanção de uma sentença de conteúdo moral, para a qual a consequência é a obediência, dada sua natureza de norma. Neste ponto, é importante esclarecer que, quando a sentença moral está revestida por um invólucro de normatividade, ela determina o que deve ser feito, e, assim, está relacionada com a ética do dever, por exemplo. Assim, os teóricos da *ética do dever* têm a tarefa de estabelecer se a base dessa teoria é racionalmente pura ou metafísica, ou seja, se é possível efetivamente conhecer a norma moral que prescreve aquilo que é o *correto a ser feito*, aquilo que é *bom*. Nas palavras de Van Hooft (2013, p. 45),

essa visão tem sido variavelmente chamada de “realismo moral”, “objetivismo moral” ou “cognitivismo moral”. Ela começa com o ponto básico de que, na linguagem ordinária, dizemos coisas tais como “é errado roubar”. Se esta afirmação for verdadeira, e se alguém adere a uma teoria da verdade como correspondência ou a uma teoria do significado como referência, então deve

haver um “fato moral” ao qual essa afirmação corresponda ao descrevê-la corretamente.

Na pretensão de que haja o acatamento de uma sentença de conteúdo moral, a natureza de norma, em maior ou menor escala, acaba englobando quase que a totalidade de juízos valorativos: “Faça isso porque é bom, foi recomendado pelo seu tio”; “Esse carro é bom, você deveria compra-lo!”; “Ouça o que sua mãe tem a dizer, são bons conselhos”; “Estude e trabalhe, pois essas atividades lhe engrandecerão como indivíduo no meio social”; São alguns exemplos de sentenças que podem ser ouvidas cotidianamente, em qualquer local do mundo, sempre orientando a uma conduta. Observe-se, entretanto, que apesar da objetivação de que seja cumprida, a sentença moral não tem, como a norma jurídica, por exemplo, uma eficácia imediata com atribuição de sanção caso o indivíduo não acolha a prescrição. Porém, a força da atribuição de um *adjetivo positivo* numa sentença moral faz com que seja ela, a moralidade, o que acaba por determinar todo o sistema de regramento moral e jurídico presentes nas sociedades humanas.

Ora, a moral é estudada pela ética, mas com essa também se confunde e é a base de todo o conjunto de regras, diretas e indiretas, objetivas ou subjetivas, jurídicas ou não, que compõem o sistema de organização humano. No contexto grego, que é o marco inicial do estudo filosófico e, por conseguinte, da ética, o termo *éthos* ou *êthos* surgiram com a significação de um modo de agir e, posteriormente, do que é “corriqueiro, usual”, mas ambos no sentido de comportamento ou hábito que se torna costumeiro dentro de uma comunidade. Aristóteles reconheceu a sensível diferença entre palavras, não só pela grafia diferente, mas pela significação ou conceito atribuído a elas, sendo que derivou de *éthos* o termo *êthikê*, que “decorreu de uma pequena variação (*mikròn parekklînon*) de *éthous*”; nesse mesmo contexto, ele disse também que “a virtude, a aretê proveio de *êthikê* ex *éthous*” (II, 1, 1103a 17-18, Cf. Aristóteles, 1984), ou seja, que “a aretê foi gerada dos usos e dos costumes.” (SPINELLI, 2009).

Por meio de orientações de conteúdo moral, ou seja, que repousam na esfera da moralidade, toda a estruturação social foi se construindo, os comportamentos definidos por meio de uma complexidade de fatores, tais como “natureza”, “ordem divina”, ou simplesmente “necessidade de sobrevivência”. Assim, chega-se aos papéis cumpridos de diferentes formas e por diferentes atores sociais ao redor de todo o mundo e ao longo da história. Comportamentos são ditados (prescritos), outros vão surgindo e se incorporando às práticas vigentes, para mantê-las, acentuá-las ou substituí-las, mas, de qualquer forma, sempre com vias a ações que movem o corpo social. Dentre os comportamentos sociais orientados mais expressivos estão os diferentes cumprimentos exigidos de homens e de mulheres, tendo por base concepções de conteúdo

moral, especialmente no que tange às esferas pública e privada, o que adiante se explanará apropriadamente.

## 1. METAÉTICA E AS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES

O campo da metaética se volta para o estudo do que se poderia chamar de *ética de segunda ordem*, porquanto debruçada não nas razões pelas quais se toma uma determinada posição moral, mas os motivos que justificariam um determinado discurso moral. Para a metaética não importa saber se alguém age de forma corajosa porque isso é bom conforme uma maior identificação com a teoria ética das virtudes, mas sim as razões pelas quais o fato de ser corajoso, neste contexto, é o mesmo que *fazer algo bom* e se o conceito desse *bom* é ou não cognoscível e/ou formado a partir de critérios objetivos.

Pessoas fazem julgamentos éticos, ou seja, realizam avaliações de conteúdo moral e proferem sentenças imbuídas desse conteúdo todos os dias. Os julgamentos que são realizados, desde *se uma maçã é de boa qualidade*, até *se é correto roubar para alimentar um ser vivo*, perpassam por uma atividade mental que se transforma numa sentença indicativa ou normativa moralmente, quanto ao que *deve ser feito*.

Essa natureza de instrução ou de normatividade que reveste as sentenças morais, assim o são pelo cunho valorativo que dão a cada situação, como dizer que esta maçã é boa para o consumo ou dizer que roubar para alimentar outro ser vivo é correto porque a sobrevivência de outro ser estaria acima da subtração de um bem que não está na posse daquele que realiza a ação. O *bom* e o *correto*, nestes dois exemplos, carregam um conteúdo valorativo por parte de quem profere a sentença, a orientação e, assim, cabe à metaética analisar o conceito de *bom* e *correto* empregado nessas situações.

O autor Matthew Chrisman inicia a obra *O que é esta coisa chamada metaética?*<sup>1</sup> dando o exemplo de que em 2003, nos Estados Unidos, o então presidente George Bush ordenou a invasão do Iraque por tropas militares americanas.

Em 2010, Bradley Manning, um analista de inteligência do Exército americano no Iraque, vazou centenas de milhares de documentos classificados para o Wikileaks que então os liberou na internet e a vários jornais de grande visibilidade, expondo assim as operações da Serviços militares e de inteligência americanos. Em 2013, Denise Lind (juizadora do processo então ajuizado) condenou Manning a 35 anos de confinamento. (CHRISMAN, 2017, p. 16).

<sup>1</sup> What is this thing called Metaethics?

Em relação ao exemplo exposto por Chrisman (2017, p. 16), ele faz as seguintes perguntas: “Essas ações polêmicas foram eticamente certas ou erradas? Eles tiveram, em média, consequências moralmente boas ou más? Você diria que Bush, Manning, Wikileaks, os editores do jornal ou Lind exibiram virtude moral ou vício em agir dessa maneira?”. Tais questões sinalizam os julgamentos morais que são realizados diariamente por todas as pessoas e que o que está subjacente nesses julgamentos é a investigação que interessa à metaética.

No caso de restar subjacente no discurso moral que a ordem emana de um ser divino, no caso das religiões monoteístas, de Deus, a pergunta que inauguraria o interesse e abriria uma discussão metaética já foi exposta por Platão na obra *Eutífron*: As coisas são moralmente certas porque eles são comandados por Deus, ou Deus comanda as coisas porque são moralmente certas?

Na pergunta acima, a obediência a uma sentença moral se deve ao fato de ser emanada de Deus, independentemente de ser objetivamente correta ou se deve ao fato de, sendo emanada de Deus, *Ele* já a prescreveu por ser a coisa certa a fazer? Veja-se que uma das dúvidas pertinentes aqui é se a regra que se segue, que é emanada de um discurso em que se usa a justificativa de *provir de Deus* pode ou não ser objetivamente aferível. Por outro lado, se não houver características possíveis de serem aferidas, essas normas morais emanadas por Deus, no caso de simplesmente serem obedecidas por provirem *Dele*, não seria caso de uma espécie de *moralidade arbitrária*? (CHRISMAN, 2017, p. 17).

No ensinamento de Chrisman (2017, p. 18), devemos separar as principais questões que movem o estudo da metaética, as quais se transcrevem abaixo:

- Perguntas sobre a existência e natureza de fatos e propriedades éticas;
- Perguntas sobre conhecimento ético e desacordo;
- Perguntas sobre o significado e uso da linguagem ética;
- Perguntas sobre pensamento ético e raciocínio para a ação.

Passaremos, a seguir, a distinguir as principais teorias éticas com base na divisão de perguntas tal como proposto acima.

## 1. TEORIAS METAÉTICAS E A LINGUAGEM

O que se pretende demonstrar neste trabalho é o papel fundamental que a linguagem possui na esfera da ética e da metaética. É somente através do que é proferido pela comunicação,

em especial a verbalizada (apesar de não ser a única forma de expressão humana, muito menos na esfera da moral) que se apreendem as qualidades ou defeitos, adjetivos positivos ou negativos atribuídos a uma coisa, situação ou pessoa, e que pretendem orientar a execução de ações.

Se alguém diz “você não deve fazer isso, pois vai ser *malvisto* pelos outros” ou “não se comporte dessa maneira, pois não te darão um emprego *bom*”, as sentenças têm o condão de orientar a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em razão de uma questão moral, dado que há um comportamento esperado por quem proferiu cada uma das sentenças nestes exemplos.

Existem diversas concepções a respeito da natureza do discurso moral e algumas delas foram dadas, até aqui, em formas de exemplos, em especial as teorias *não objetivistas* e *não cognitivistas* como o *prescritivismo* (sentença de conteúdo moral com intenção normativa, sem que se possa efetivamente conhecê-la ou sem que se possa estabelecer critérios objetivos para a valoração que é dada na sentença) ou teorias *objetivistas*, como o *naturalismo*.

O mapa mental abaixo ilustra uma divisão de quatro principais teorias metaéticas a partir de uma pergunta inicial se fatos éticos são objetivamente aferíveis. O mapa mental é proposto por Matthew Chrisman (2017, p. 12):

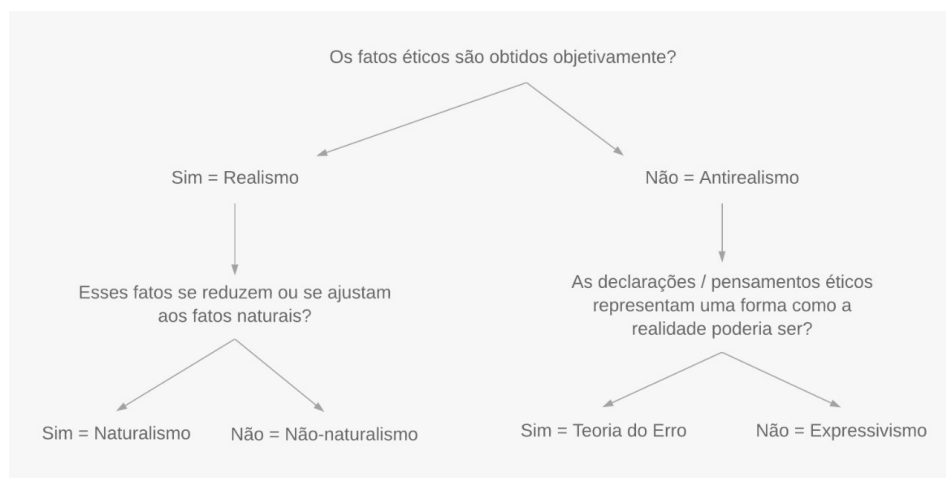


Figura 1 - mapa mental elaborado com base na proposta de Chrisman

Shafer-Landau, citado por FitzPatrick, explica que existem propriedades e fatos morais que são *naturalmente determinados* ou que são constituídos pela natureza (FITZPATRICK, 2008, p. 160). Essa corrente faz parte de uma subdivisão metaética denominada *realismo moral* ou *realismo ético*, para cuja formação é imprescindível a existências de dois critérios:

- Reivindicações éticas pretendem declarar fatos (atribuindo propriedades éticas a ações, pessoas, políticas etc.) e, portanto, são francamente verdadeiras ou falsas da mesma forma que outras alegações supostamente informativas são; e  
- Pelo menos algumas reivindicações éticas, quando interpretadas literalmente, são verdadeiras. (...) De acordo com o realismo ético, existem fatos éticos a serem descobertos ou reconhecidos, que servem como fabricantes de verdade pelas reivindicações éticas que os representam com precisão. (FITZPATRICK, 2008, p. 161/162).

Mark Schroeder, por seu turno, argumenta que se podem reduzir a argumentos de ordem natural os conceitos morais proferidos em sentenças dessa qualidade. O argumento do autor, neste caso, é de que a redução ao naturalismo pode responder adequadamente à objetividade de termos empregados em sentenças morais porque baseados na utilidade de uma determinada situação. Assim, uma sentença reduzida ao argumento naturalista solucionaria um suposto problema de que as sentenças morais pretendem ser normativas sem um conteúdo objetivamente verificável. Essa utilidade da teoria naturalista das sentenças morais faria com que estas sentenças fossem normativas por natureza, dada a razão que seria captada de pronto a partir de uma imagem (as razões se justificariam na captação de um objeto a ser valorado). Ou seja, atribuem-se qualidades ou defeitos a uma coisa, situação ou pessoa a partir da *captação pela imagem*.

Ele argumenta que as reduções naturalistas em ética podem, em princípio, contornar problemas de normatividade passando pelo conceito de razões, que é tudo sobre o que a normatividade é, ao invés de reduzir diretamente a outra coisa. Então, por exemplo, se reduzirmos a correção não diretamente a algo sobre a maximização da utilidade, mas para algo sobre as razões, e então reduzir as razões, teremos normatividade capturada na imagem. (FITZPATRICK, 2008, p. 179).

A corrente naturalista, dentro das teorias realistas morais parte da explicação evolucionista para explicar os discursos e comportamentos morais. A teoria naturalista na metaética se apoia, por seu turno, na teoria *darwiniana* para dar conta de justificar as razões pelas quais se age moralmente, como um *reflexo da evolução da espécie*: “A explicação evolutiva do porquê temos a moralmente que fazemos apela para a explicação de que agimos moralmente apelando para a forma com que nos preocupamos uns com os outros e como isso é repassado por meio de genes às gerações futuras.” (STREET *apud* CHRISMAN, 2017, p. 24).

Dentro das teorias antirrealistas, as principais são a teoria do erro e o expressivismo, conforme a divisão proposta por Chrisman. No caso da teoria do erro, a explicação básica é a de que não existiriam fatos morais ou propriedades éticas objetivamente aferíveis, de modo que



“todo discurso moral pressuporia uma visão errônea sobre que tipos de fatos morais existem” (CHRISMAN, 2017, p. 52), como no caso do discurso sobre as bruxas de Salem no século XVII ou o *flogisto*<sup>2</sup> no século XVIII.

Os exemplos de discurso sobre bruxas e flogisto sugerem que o teórico do erro vai adotar uma postura eliminativista sobre o discurso ético: devemos parar de falar em maneiras que pressupõem uma visão metafísica falsa sobre o que é real. (CHRISMAN, 2017, p. 52)

A teoria do erro coloca em questão a ausência de objetividade do discurso ético, especialmente porque, em partes diferentes do mundo, podem-se observar comportamentos éticos muito distintos e até mesmo antagônicos, ainda que, nos locais que assim se apresentem, sejam igualmente considerados como *corretos*. Assim,

(...) em algumas culturas, deve-se enterrar os mortos, em outras os mortos são queimados. Algumas culturas exigem que as mulheres usem lenços na cabeça em público, em outros isso é proibido em certos contextos profissionais. Mackie afirma que a melhor explicação para esta variação de opinião ética é que as pessoas participam em diferentes modos de vida; e tendem a aprovar os modos de vida em que participam. Se isso estiver certo, então parece que as pessoas discordam sobre a ética, não porque uma cultura está acertando e outras errando, ao invés do desacordo é simplesmente uma manifestação de diferentes normas culturais. (CHRISMAN, 2017, p. 53).

Nas palavras de Roberta Gonçalves, “o sucesso dessas teorias, mesmo daquelas principiologicamente antagônicas, depende, ao fim e ao cabo, da consideração de que o que vagamente chamamos de ato moral (julgamento moral ou decisão moral) tem poder normativo e vincula seus participantes a atuar de uma ou outra forma”. (GONÇALVES, 2012, p. 165).

Em suma, os teóricos da teoria do erro, antirrealistas, consideram que há uma representação semântica de uma ideia ou a expressão de uma disposição mental, baseada num desejo, crença, ideia, etc, que se traduz numa *sentença moral* (profere-se uma orientação valorativa, ou seja, com carga de norma) e/ou num dado comportamento (realiza-se uma ação em conformidade com a sentença) e/ou, ainda, num julgamento moral (julga-se uma sentença e/ou um comportamento). Exemplificadamente,

desse raciocínio, sempre e quando julgamos algo – no caso da moralidade, quando emitimos juízo de valor acerca de alguma coisa, i.e., decidir se algo é certo ou errado –, o que ocorre é uma relação de identificação entre (1) as

<sup>2</sup> “É geralmente atribuída ao médico e químico alemão George Ernst STAHL (1660-1734) a criação da teoria do flogisto, um princípio material responsável pela combustibilidade das substâncias.”. (BRITO, 2008, p. 53).

razões que justificam o juízo e (2) o ato que ratifica tais razões. (GONÇALVES, 2011, p. 169-170)

## 2. A DESIGUALDADE MORAL PERPETRADA ENTRE HOMENS E MULHERES – REALISMO OU ANTIRREALISMO?

Até este capítulo, expôs-se a diferença entre ética e metaética e as principais correntes metaéticas que pretendem analisar e compreender os discursos morais, alocando-o em alguma das divisões teóricas desenvolvidas por diferentes autores. Passa-se ao objeto precípua deste artigo no presente capítulo.

Inicialmente, convém que se faça a distinção conceitual entre os termos “homem” e “mulher”. Muito embora a classificação geral seja pela espécie humana, o que dispensaria uma maior explicação acerca de diferenças entre gêneros, a complexidade da espécie humana e as formas como se desenvolveram as estruturas de organização dos grupos humanos compõem a uma diferenciação entre o indivíduo do sexo masculino e o indivíduo do sexo feminino, na medida que (ainda) cumprem funções distintas dentro do grupo social.

Num interessante trabalho que analisa o que é gênero, a autora Eunice Figueiredo Guedes faz um aparato sobre os conceitos existentes no dicionário Aurélio a respeito dos termos *homem e mulher*:

se percebe o quanto que a língua reflete a construção cultural do povo que a nomeia, a partir da dominância de características comuns, representações sociais que nos atravessam a nós, indivíduos, às instituições sociais, como escola, igreja, direito etc, às normas e valores sociais instituídos socialmente e expressos em códigos de comportamento sociais. (...)

Os sentidos dicotomizados da língua, expressando valorações, fazem com que o mesmo termo Mulher acabe sendo apreendido também ou como Santa e reprodutora ou como Prostituta. Se olharmos de novo o dicionário e tentarmos encontrar o significado de mulher, nos depararemos com a seguinte afirmação: "O ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos e que se distingue do homem por essas características" (Ferreira, 1986, p. 1168). Encontramos ainda as designações "Mulher à toa", "Mulher de comédia", "Mulher de rótula", "Mulher de rua", "Mulher da vida", "Mulher de amor", "Mulher de má nota", "Mulher de ponta de rua", "Mulher de fado", "Mulher de fandango", "Mulher de mundo", "Mulher do pala aberto", "Mulher errada", "Mulher fatal", "Mulher perdida" e "Mulher vadia". De todas as dominações de mulheres que o linguista assinala, somente duas não têm o significado assinalado como Meretriz! (grifo meu): "Mulher de César" e "Mulher de piolho" (p.1168). Já para o significado do Homem, o dicionário aponta "qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que, apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva, o ser

humano" dotado "das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual etc., Macho - Homem que é homem não leva desaforo para casa" (Ferreira, 1986, p.903). Entre os sentidos, tipos de denominação de homem, não existe nenhuma designação que tenha sentido pejorativo ou signifique o gigolô. Pelo contrário, todos os sentidos do termo seguem no rumo da definição geral, de "alguém que apresenta um maior grau de complexidade na escala evolutiva" (Ferreira, 1986, p. 903).

Na obra *A política*, Aristóteles diferencia as atividades da esfera pública das atividades da esfera privada e distingue a quem incumbem. No capítulo II, após resumir as partes que compõem um Estado, o teórico estagirita fala em economia doméstica, a arte de adquirir fortuna, e que dependeria de uma harmônica relação entre senhor e escravo. Ao examinar essa relação de senhorio, Aristóteles menciona que há autoridade do homem sobre a mulher, assim como dele para com seus escravos e filhos. Portanto, somente alguns homens seriam *livres* e a estes competiria o exercício de atividades públicas, bem assim a administração do privado, por meio da assessoria que teria de escravos e da mulher, indispensável para a procriação. Neste sentido:

Temos, de um lado, a autoridade do senhor, depois a autoridade marital (não encontramos um termo especial para exprimir a relação do homem com a mulher), em terceiro lugar a procriação de filhos (para a qual tampouco encontramos uma denominação própria). Comumente só se contam estes três elementos da família. (ARISTÓTELES, 2010, p. 03, § 2º)

Para Aristóteles, na análise que faz n' *A Política*, o homem é *naturalmente* superior à mulher, havendo uma relação de superioridade entre aquele e essa, assim como haveria uma relação de mando e obediência em toda a relação entre indivíduos, o que resta evidenciado pelo exposto no § 12º, que segue transcrito:

A mesma relação existe entre o homem e os outros animais. A natureza foi mais pródiga para com o animal que vive sob o domínio do homem do que em relação à fera selvagem; e a todos os animais é útil viver sob a dependência do homem. Nela encontram eles a sua segurança. Os animais são machos e fêmeas. O macho é mais perfeito, e governa; a fêmea o é menos, e obedece. A mesma lei se aplica naturalmente a todos os homens. (ARISTÓTELES, 2010, p. 04, § 12º)

A obra acima citada, ainda que não pertença à parte ética dos estudos de Aristóteles, demonstra que toda a compreensão filosófica acaba trazendo consigo uma diferenciação entre os papéis que devem ser cumpridos ou cujo cumprimento é esperado pela sociedade, tanto dos

homens quanto das mulheres, e isso afeta direta ou indiretamente as relações que se desenvolvem ao longo do tempo, dentro das sociedades. Estabelecer, dentro de um estudo analítico, que há diferenças entre os gêneros e definir quais papéis incumbem a homens e mulheres é considerar a inferioridade da mulher em relação ao homem e, assim, incutir nas sentenças morais valorações do que se pode ou não fazer, do que se deve ou não fazer, daquilo que é considerado bom ou ruim, em cada situação, considerando o fator da diferença biológica entre os sexos.

Se na época de Aristóteles não se temia deixar evidente a dicotomia entre espaço público e privado e o estabelecimento de funções básicas do homem e da mulher em tais ambientes, hoje, apesar de uma reflexão mais aberta e de todo o resultado positivo de uma luta histórica pelo estabelecimento de uma determinada equidade entre os espaços ocupados por homens e mulheres.

No Livro *Economicos*, obra que Aristóteles destinou às reflexões de como administrar de forma adequada o lar, ele deixa clara sua posição de que a natureza dotou homens e mulheres com habilidades diferentes para conduzir e cuidar de suas vidas. Para ele a divindade teria tornado um sexo forte e outro mais débil, para que “o receio levasse este a ser mais cauteloso e a coragem desse àquele a força para repelir os ataques”. (ARISTÓTELES, *Economicos*, I, 3, 5). Aristóteles também evidencia que a cada um cabe uma função específica na criação dos filhos: a elas cabe a alimentação e a eles a educação. Dessa forma, a mulher é colocada como capaz apenas de desempenhar um papel privado, de cunho a cuidar de forma submissa das necessidades básicas de sobrevivência de seus familiares. Já os homens se tornam responsáveis pela nobreza de prover o conhecimento e papel público dos seus.

Mesmo muito tempo depois, em pleno XXI ainda percebemos os reflexos do pensamento aristotélico, que infelizmente não era exclusivo do estagirita, ainda em nossas rotinas e no estabelecimento das espacialidades de nosso tempo.

Uma das primeiras teóricas a questionar as formas como se desenvolviam meninos e meninas e como seus papéis eram moldados em sociedade ou esperados pela sociedade foi Simone de Beauvoir, para quem não haveria características suficientemente exauríveis que determinassem objetivamente os papéis sociais que deveriam ser cumpridos somente por homens e os papéis sociais que deveriam ser cumpridos somente por mulheres. Refere ela que

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que

qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. O drama do nascimento, o da desmama desenvolvem-se da mesma maneira para as crianças dos dois sexos; do clitóris e do pênis tiram o mesmo prazer incerto; na medida em que já se objetiva sua sensibilidade, voltam--se para a mãe: é a carne feminina, suave, lisa, elástica que suscita desejos sexuais e esses desejos são *preensivos*; é de uma maneira agressiva que a menina, como o menino, beija a mãe, acaricia-a, apalpa-a; têm o mesmo ciúme se nasce outra criança; manifestam-no da mesma maneira: cólera, emburramento, distúrbios urinários; recorrem aos mesmos ardis para captar o amor dos adultos. (BEAUVOIR, 1967, p. 09).

O cerne da questão que ora se posta é originado do interesse da subscritora em saber as razões pelas quais se proferem certas sentenças de conteúdo moral que tendem a julgar de forma depreciativa certos comportamentos das mulheres em detrimento de que os mesmos comportamentos, quando perpetrados por homens, não tenham a mesma avaliação negativa.

No estudo das teorias metaéticas se encontram as possíveis justificativas dos motivos pelos quais um determinado discurso ético é proferido e a intenção deste artigo é justamente tentar definir em qual teoria metaética se incluiria o discurso que perpetra a desigualdade entre homens e mulheres.

Deste ponto em diante, passar-se-á a escrever em primeira pessoa, tendo em conta as narrativas e experiências próprias da subscritora, que, em conjunto com a bibliografia até então colacionada, podem auxiliar no intento proposto.

*Filha de uma família com dois filhos, sou destes a irmã mais velha, e fui criada num sistema que poderia ser resumido como “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, ao menos quando se tratava das orientações dirigidas a mim por meu pai. Meu modelo ou referência seriam minha mãe e minha avó materna quanto aos afazeres domésticos que deveria aprender e os cuidados que deveria ter em maior proporção pelos membros adoentados da família.*

*Em dado momento, percebi que certas orientações que me eram passadas não o eram da mesma forma ao meu irmão caçula, homem, assim como nem todas as orientações que eu deveria seguir eram realizadas pelos meus pais e assim compreendi que eram superiores a mim e por isso eu não questionava, simplesmente obedecia. As orientações dadas tinham o objetivo de cumprimento, então, sua natureza era normativa, apesar de que nem todas tinham uma sanção, como um castigo.*

*Havia, também, diferença no modo como as instruções eram dadas a meu irmão caçula, um menino. Por exemplo, na adolescência fui orientada a não beber bebidas alcoólicas, não fumar e era esperado que assim o fizesse, entretanto houve mais liberdade ao meu irmão, como se o comportamento de fumar e beber fosse tolerado ou permitido aos homens, mas não às mulheres.*

*Já no mercado de trabalho, lembro de uma situação em que um chefe de um escritório de advocacia me orientou a “cuidar a forma como eu falava”, referindo-se ao fato de eu ser “demasiadamente enfática” e ter um “tom de voz que talvez assustasse as pessoas”. Coincidência ou não, acabei apreendendo ou absorvendo as palavras que me foram ditas, de modo que passei, durante muito tempo, a vigiar tom de voz, ênfase dada às palavras, mesmo que o próprio ambiente de uma audiência mais complexa e bruta me exigisse justamente esse tipo de postura.*

*Essa pequena experiência me remeteu a uma situação descrita pela autora Chimamanda Adichie, no livro *Sejamos todos feministas*. Ela narra uma situação em que, em determinada oportunidade, uma amiga americana conseguiu um cargo de gerência em substituição a um colaborador homem. O predecessor dessa mulher era conhecido como um chefe ríspido, e, assim como ele, ela era rigorosa, porém procurava ser generosa. Em algumas semanas no cargo, a mulher*

puniu um empregado por ter falsificado a folha de ponto — exatamente como seu predecessor teria feito. O empregado reclamou com o gerente sênior, dizendo que ela era agressiva e difícil. Os outros funcionários concordaram. Um deles, inclusive, disse que tinha achado que ela traria um “toque feminino” ao ambiente de trabalho, mas que isso não acontecera. Não ocorreu a ninguém que ela estava fazendo a mesma coisa pela qual um homem teria recebido elogios. (ADICHIE, 2015, p. 26).

No caso dos exemplos narrados acima, o discurso empregado em cada situação exerceu um papel fundamental para a produção de um resultado, que, mesmo quando não realizado, demonstra a expectativa por um certo tipo de comportamento. E levando em consideração que as sentenças proferidas, mesmo na filosofia, a exemplo da obra de Aristóteles, em que o ensino se baseava na inferioridade da mulher em relação ao homem, tem-se um sistema moral, quase universal, em que proferidas sentenças e realizados julgamentos de conteúdo moral a partir de uma expectativa, crença ou qualquer disposição mental que, não baseada em critérios objetivos, propicia desigualdades no âmbito público entre homens e mulheres.

A diferença não residiria senão, e tão somente, na anatomia *físico biológica*, sendo as formas das estruturas reprodutivas internas e externas os únicos elementos que diferenciam homens de mulheres. As aptidões intelectuais são as mesmas, apesar do condicionamento dado

às mulheres direcionado ao trato do lar (âmbito privado), em detrimento das ações em âmbito público esperadas dos homens.

Historicamente, essa questão, tem, de fato, um fundo naturalista. Os humanos são uma espécie do reino animal dotada de razão, mas foi talvez a observação das espécies mamíferas que tenha resultado na conclusão, até hoje, de que cabe somente às mulheres papéis como cuidado da prole (filhos) e da casa, por consequência.

Entretanto, tal (pré)conhecimento resultou e ainda resulta na dificuldade que muitas mulheres têm em se colocar e se manter em empregos, cargos, funções e até mesmo no exercício da atual política, área majoritariamente reservada aos homens. A própria área da filosofia é composta por uma maioria esmagadora de homens, assim como o cânone filosófico é composto apenas por teóricos homens.

O uso de palavras como *bom, melhor, mais adequado*, etc, nestes contextos comparativos entre homens e mulheres, no intuito de orientar quanto à superioridade dos primeiros em relação às segundas tem a pretensão de orientar aos comportamentos que se esperam, porém, esses discursos não são, senão, antirrealistas.

Descartando-se as teorias realistas, tanto as naturalistas como no caso dos não-naturalistas, que “costumam insistir que os fatos éticos tratam, em última análise, do que se deve fazer, e seguindo a Lei de Hume sugerem que esses fatos são importantes e autônomos de outros tipos de fatos” (CHRISMAN, 2016, p. 19-20), ou seja, que fatos morais são fatos, tem-se que os discursos morais relacionados à desigualdade entre homens e mulheres só pode ser classificado como *antirrealista*. Resta saber se esses discursos recairiam mais na *teoria do erro* ou no *expressivismo*.

Na explicação de Chrisman, o expressivismo “é uma forma de antirrealismo que entende as afirmações éticas como expressões de atitudes avaliativas, em vez de crenças que representam como a realidade é” (CHRISMAN, 2016, p. 32). Expressivistas buscam as relações e os possíveis desacordos entre as avaliações morais que são realizadas e as *representações de realidade*, que, para cada indivíduo, seria diferente.

Por outro lado, e como já referido, a teoria do erro se baseia na inexistência de propriedades éticas e, assim, tudo que é proferido no contexto moral é um erro. Na concepção de Mackie, não haveria qualquer sentido, pois a moral não teria a mesma natureza de sentidos como visão, audição, etc, nem mesmo seria obra da razão. A motivação de cada indivíduo seria intrínseca e, portanto, diferenciável. Logo, visões morais seriam putativas, representando algo ilegítimo como verdadeiro (CHRISMAN, 2016, p. 55).

## CONCLUSÃO

De todas as referências trabalhadas neste artigo, pode-se concluir que a desigualdade entre homens e mulheres que provém dos discursos morais poderia se encaixar tanto na teoria do erro quanto na teoria do expressivismo, ambas antirrealistas, conforme a classificação proposta por Chrisman.

Em qualquer dos casos, não existiriam critérios objetivamente aferíveis quando certos adjetivos são usados para julgar situações ou comportamentos de forma a desmerecer ou depreciar quando se trata de mulheres e enaltecer quando estes mesmos comportamentos e profissões são realizados e ocupados por homens.

Tanto se pode inferir que os supostos critérios para determinação do uso de adjetivos que promovam a desigualdade são errôneos como quanto a carga semântica que se reflete no julgamento de pessoas ou seus comportamentos não têm senão o único motivo de estabelecer e manter uma certa ordem social que, no entanto, não se baseia em fatos efetivamente existentes.

Disto se extrai que, ou fatos morais efetivamente não existem, ao menos se for considerada a sua aplicação nas situações públicas que envolvem homens e mulheres, porque carregados de erros ou crenças expressadas pelos indivíduos a partir da própria história, sendo, portanto, neste caso, subjetivos ou intrínsecos aos valores carregados por quem profere o discurso moral.

Da mesma forma que precisamos entender que o debate a respeito do feminismo não cessa em uma discussão entre público e privado, apesar de ter sido justamente neste aspecto que se estabeleceu como dicotômico a solidificação de um sistema dominado pelo masculino. Não há como estabelecer um lugar de excelência para a mulher, seja ele público ou privado. Não é o gênero que determinará tais pressupostos.

Até hoje vivemos em uma sociedade que não consegue trazer o equilíbrio ou equidade para tais atividades, porque à mulher ou é submetido apenas a esfera privada, ou a privada e a pública num sentido de obrigatoriedade, enquanto o homem pode escolher ficar apenas com a pública. Como percebido durante o período da pandemia, onde as famílias tiveram que permanecer em casa (mães, pais e filhos), compartilhando o mesmo espaço privado para a realização de tarefas que antes eram públicas. Neste momento coube a mulher, na maioria das vezes, a continuação das tarefas privadas como cuidar da casa e dos filhos, enquanto os homens restringiram seu tempo as atribuições profissionais e descanso. Por isso é preciso que o movimento feminista não se pautar apenas na obtenção de direitos individuais para a mulher



enquanto sujeito capaz de exercer sua plena liberdade pessoal. Na atual concepção social, são muitas as amarras a serem rompidas, e por isso é preciso um debate público que leve em conta a libertação coletiva das mulheres, abarcando os pressupostos sociais e culturais que diferentes grupos ocupam. Um universalismo no feminismo, não significa estabelecer uma anulação das diversidades dentro do próprio movimento, é entender que uma atitude individual de uma mulher que acaba ferindo a dignidade de outra também pode ser motivo para a manutenção da opressão da mulher enquanto coletivo.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. de Nestor Silveira. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- ARISTÓTELES. **Econômicos** / Obras de Aristóteles. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Saraiva, 2015. 64 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- CHRISMAN, Matthew. **What is this thing called Metaethics?** Nova Iorque: Routledge, 2017.
- HOOFT, Stan Van. **Ética da virtude**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRITO, Armando de Sousa e. **“Flogisto”, “Calórico” e “Éter”**. Ciência e tecnologia dos materiais, vol. 20, número 3-4. Portugal, 2008.
- CAILLÉ, Alain. **O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo**. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100003). Revista Sociedade e estado, vol. 16, número 1-2. Brasília, Junho/Dezembro de 2001.
- FITZPATRICK, William J. **Robust ethical Realism, Non-Naturalism, and Normativity**. In Oxford studies in metaethics, vol. 3. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. P. 159 a 205.
- GONÇALVES, Roberta C. **A Distinção Metaética entre Dever e Desejar e a Questão da Normatividade dos Atos Morais**. Prima Facie, vol. 10, número 19. Paraíba, setembro de 2012. P. 165-175.
- GUEDES, Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso?** Psicologia: Ciência e profissão. Volume 15, número 1-3. Brasília, 1995.
- SPINELLI, Miguel. **Sobre as diferenças entre êthos com epsilon e êthos com eta**. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732009000200001#nt41a](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732009000200001#nt41a). Revista Trans/Form/Ação, vol. 32, número 02. Marília, 2009.
- TORRES, João Carlos Brum. **Sobre o Utilitarismo como teoria filosófica da moralidade**. Disponível em <https://www.uces.br/site/revista-ucs/revista-ucs-6a-edicao/academia/>. Outubro de 2013, ano 1, número 06.

---

Universidade Católica de Petrópolis  
Centro de Teologia e Humanidades  
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis  
Tel: (24) 2244-4000  
[synesis@ucp.br](mailto:synesis@ucp.br)  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



ROCHA BERNARDI, Mariana; FONTOURA BRANDOLT DA ROCHA, Thailize. ÉTICA, METAÉTICA E PAPÉIS SOCIAIS. **Synesis**, v. 13, n. 1, p. 161-179, abr. 2021. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2057>

---